



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

103

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	Da 12 / 06 / 1997
C	Jcl
	Rubrica

**Processo : 13688.000105/95-72**

**Sessão : 19 de março de 1997**

**Acórdão : 203-02.941**

**Recurso : 99.119**

**Recorrente : CASTORINA LUISA CAMBRAIA SOARES**

**Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG**

**ITR - LANÇAMENTO** - Imposto lançado com base em Valor de Terra Nua - VTN fixado pela autoridade competente nos termos da Lei nº 8.847/94 e IN SRF nº 16/95. Argumentos desprovidos de provas. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**CASTORINA LUISA CAMBRAIA SOARES.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de março de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Francisco Sérgio Nalini  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Sebastião Borges Taquary, Ricardo Leite Rodrigues e Renato Scalco Isquierdo.

eaal/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13688.000105/95-72

Acórdão : 203-02.941

Recurso : 99.119

Recorrente : CASTORINA LUISA CAMBRAIA SOARES

## RELATÓRIO

A contribuinte acima identificada, foi notificada (fls. 02) a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR/93, e demais consectários legais, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Ribeirão do Chumbo, de sua propriedade, localizado no Município de Patos de Minas - MG, com área total de 93,8ha.

Impugnando o feito às fls. 01, o requerente alega que o Valor da Terra Nua-VTN e do imóvel ficaram muito altos e solicita a emissão de um novo lançamento com os dados que apresenta.

A autoridade julgadora determinou a manutenção da cobrança conforme ementa de decisão abaixo transcrita (fls. 13/15):

### **“LANÇAMENTO DO IMPOSTO.**

Procede o lançamento do ITR cuja notificação é processada em conformidade com a declaração do contribuinte, quando não se comprova erro nela contido.”

Irresignada, a recorrente interpôs Recurso de fls. 21, onde reitera os argumentos da peça inicial.

Às fls. 29/30 a Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional oferece contrarrazões ao recurso no presente processo, onde se mantém o decidido pela autoridade monocrática.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13688.000105/95-72  
Acórdão : 203-02.941

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO SÉRGIO NALINI

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele tomo conhecimento.

O cálculo do Valor da Terra Nua mínimo - VTNm, para o lançamento de 1994, adotou a sistemática estabelecida pela Lei nº 8.847/94, por outro lado, o valor por hectare foi fixado pela Instrução Normativa SRF nº 16, de 27.03.95, levantado referencialmente em 31/12/93, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 3º da referida Lei e do artigo 1º da Portaria Interministerial MEFP/MARA nº 1.275, de 27/12/91.

A recorrente sustenta, em sua peça recursal, que houve erro seu, quando do preenchimento da declaração para cadastro e, por consequência, há supervalorização no Valor da Terra Nua mínimo-VTNm, devendo ser retificado esse valor, para aquele indicado na Declaração Retificadora de fls. 23.

É certo que o Valor da Terra Nua-VTN pode ser alterado, ou revisto, pela autoridade administrativa competente, por força do disposto no art. 3º, parágrafo 4º, da já mencionada Lei nº 8.847/94. Porém, não menos certo é que essa revisão há de embasar-se em laudo técnico elaborado por entidade ou profissional de reconhecida capacitação técnica e devidamente habilitado, também, mercê do mesmo dispositivo legal.

Lembra bem a autoridade julgadora que a Lei nº 8.748/93, em seu artigo 1º, dando nova redação ao artigo 16, inciso III, do Decreto nº 70.235/72, que regula o processo administrativo fiscal, determina que a recorrente deve apresentar as provas junto aos motivos de fato e de direito em que se fundamenta os pontos de discordância e provas que possuir.

Nestes termos, tendo em vista a total ausência de provas que sustentem o recurso, mantenho a decisão singular.

Por todo o exposto e por tudo mais que dos autos consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

É o meu voto.

Sala de Sessões, em 19 de março de 1997

FRANCISCO SÉRGIO NALINI